



EMENDA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 2024.

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços – IBS,
a Contribuição Social sobre Bens e Serviços –
CBS
e o Imposto Seletivo – IS e dá outras
providências.

EMENDA Nº

**Sugerimos a inclusão dos artigos 37-A e 37-B na Seção IX – Da Não
Cumulatividade, do Capítulo II, do Título I, do Livro I, do PLP nº 68/2024, nos
seguintes termos:**

Art. 37-A. Sairão do estabelecimento industrial com suspensão do IBS e da CBS as matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem, os componentes, chassis, carroçarias, acessórios, partes e peças, adquiridos para emprego na industrialização dos produtos autopropulsados a que se refere o §5º, do art. 105 desta Lei.

Art. 37-B. Serão desembaraçados com suspensão do IBS e da CBS as matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem, os componentes, chassis, carroçarias, acessórios, partes e peças, importados diretamente pelo estabelecimento industrial, para emprego na industrialização dos produtos autopropulsados a que se refere o §5º, do art. 105 desta Lei.

§6º A previsão contida no parágrafo 5º aplica-se também para os casos em que a aquisição no mercado interno dos veículos autopropulsados pesados se der por meio de concessionária ou representante comercial.

JUSTIFICATIVA

Expressamos nossas sugestões para a redação do texto do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024, que “Institui o Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços – CBS e o Imposto Seletivo – IS e dá outras providências”. Nosso objetivo é contribuir para a contenção do potencial aumento de custos para os fabricantes de bens de capital, em especial para os fabricantes de ônibus.

O PLP 68/24, na redação final aprovada pela Câmara dos Deputados, previu a possibilidade de suspensão do pagamento do IBS e da CBS nas aquisições de bens de



**Gabinete do Senador Hamilton Mourão**

capital, tanto em importação quanto aquisição no mercado interno, que se converterá em alíquota zero quando da incorporação ao ativo imobilizado.

Para que seja mantida a máxima eficiência da suspensão do pagamento do IBS e da CBS e se evitar o acúmulo de créditos tributários na cadeia produtiva dos bens de capital, imprescindível que seja atribuída também na aquisição dos insumos para a fabricação dos veículos autopropulsados a suspensão do IBS e da CBS.

Adotando-se o regime da suspensão na aquisição dos insumos necessários para a fabricação dos veículos autopropulsados, preservar-se-á o princípio da não cumulatividade que norteia o novo sistema da tributação do consumo.

Cumprе reiterar que na redação do art. 9º, §§1º e 3º da EC 132/24, diversos setores considerados como essenciais para a população foram contemplados com a possibilidade de a lei complementar estabelecer a redução de alíquota da CBS e do IBS, no montante de 60% (sessenta por cento) e 100% (cem por cento), respectivamente, além da previsão de isenção para o setor do transporte coletivo de passageiros.

Para que seja mantida a máxima eficiência da redução de alíquotas e isenção para os bens e serviços elencados no texto em referência, imprescindível que seja evitado o aumento da carga tributária na forma de acúmulo de créditos do IBS e da CBS, cujo ressarcimento tem prazo de até 180 dias.

Também mais especificamente com relação ao setor de transporte coletivo de passageiros, para que se obtenha a plenitude da redução de custos tributários, frente ao tratamento específico concedido aos bens de capital, entende-se deva ser estabelecida a suspensão nas aquisições para a fabricação. Do contrário, o setor do transporte público de passageiros acabaria por infligir pesados custos tributários à sua cadeia de geração de valor.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta importante Emenda.

